

O trabalho na construção civil: degradação e exclusão social

IVONALDO LEITE*

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a forma como é configurada a vida pessoal e profissional de trabalhadores da construção civil. O trabalho resulta de uma pesquisa que foi realizada tendo como metodologia a realização de entrevistas semi-estruturadas com operários e empresários do referido setor, na cidade de Mossoró-RN. Dentre os resultados obtidos, entre os trabalhadores, podem ser realçados os seguintes: 1) sofrimento profissional; 2) não-identificação com o trabalho realizado; 3) incidência de alcoolismo. Conclusivamente, é assinalado que a desrealização subjetiva, bloqueando a sociabilidade autônoma dos operários e promovendo a sua exclusão do bem-estar social, é uma decorrência do modo de desenvolvimento hegemônico.

Palavras-chave: trabalho; construção civil; exclusão social.

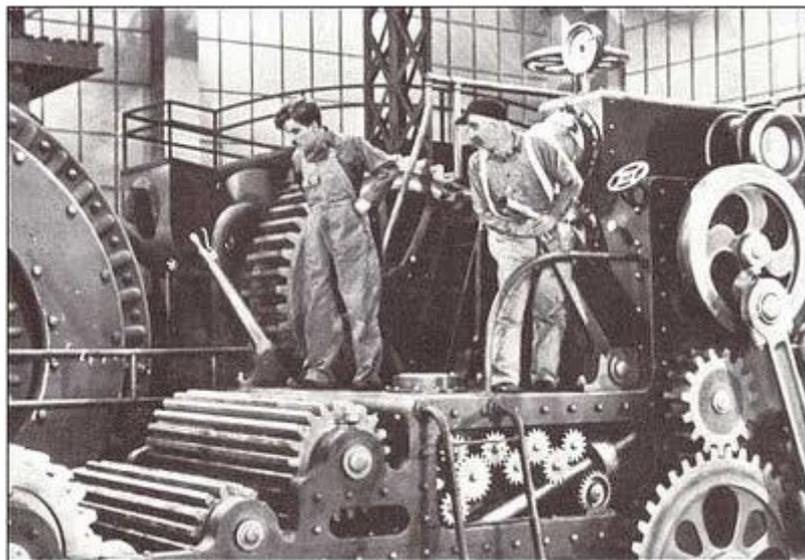
Abstract

This paper focuses on the subject 'work and social exclusion' in the building industry. It has as objective to analyze the personal and professional life of workers in that sector. The paper results of a research which methodologically makes surveys with workers and employers of the building industry in Mossoró city, State of Rio Grande of North, Brazil. About the outcomes, it is possible to affirm the following facts: 1) the workers have a life of professional suffering; 2) there is alienation between the workers and their professional activities; 3) there are many cases of alcoholism among the workers. So, conclusively it is affirmed that the subjective degradation of the workers, which blockades the autonomous development of their sociability, is caused by the dominant capitalist logic.

Key words: work; building industry; social exclusion.



* **IVONALDO LEITE** é Doutor em Sociologia da Educação; Pesquisador EXP C do CNPq; Professor do Departamento de Educação do Campus do Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



Em *Tempos Modernos*, Chaplin demonstrou o significado do trabalho alienado

1 - A propósito do trabalho

Tendo em conta o fato de a palavra trabalho vir do vocábulo latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium*, isto é, aparelho de tortura formado três paus, ao qual eram atados os condenados, servindo também para manter presos os animais difíceis de ferrar, algumas abordagens associam, incondicionalmente, o trabalho a sofrimento, como é o caso de Kurz (1992). De outra parte, o mito bíblico corrobora essa visão, ao assinalar que Adão e Eva, após cometerem pecado, foram expulsos do paraíso, sendo o homem, a partir de então, condenado a viver com o “suor do seu rosto”.

Essa compreensão, todavia, comete um grave equívoco analítico. Tal entendimento procederia se o trabalho fosse um fenômeno de uma única dimensão. Mas não o é. Ele tem uma dupla perspectiva. Por um lado, é dispêndio de força física e intelectual, regido por uma determinada relação salarial; por outro, tem-se a sua dimensão genérica, momento de (re)encontro com a natureza, como elemento essencial no universo da

sociabilidade humana. Não é por acaso que, em sua *sociologia da vida quotidiana*, Agnes Heller, ao realçar que o trabalho tem que ser apreendido como execução de um trabalho que é *parte do dia-a-dia* e como *atividade de trabalho* no sentido de objetivação diretamente genérica, recorre às palavras inglesas *work* e *labour* (Heller, 1977). A primeira é empregue para nomear a dimensão genérico-social que transcende a vida quotidiana, gerando valores de uso; a segunda expressa a execução de atividades diárias, que, sob o assalariamento, assumem uma forma estranhada, *fetichizada*.

Importa, portanto, sublinhar que a essência ontológica do trabalho tem um caráter intermediário. Trata-se de uma inter-relação entre o ser humano (como *ente social*) e a natureza, seja inorgânica ou orgânica, inter-relação que distingue a passagem, na pessoa que trabalha, do ser meramente biológico àquele tornado social. Assim, o trabalho pode ser considerado como *protoforma* do ser social (Lukács, 1980). O fato de, no trabalho, se realizar uma posição teleológica configura-o como uma

experiência elementar da vida cotidiana. Quer dizer, a gênese do ser social, sua separação frente à sua própria base originária, e também o seu *vir-a-ser*, estão fundadas no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas.

É isto que, fundamentalmente, torna o ser humano produtor de cultura, diferenciando-o dos demais animais. Reproduzindo procedimentos e técnicas já levados a cabo por outros humanos, a sua atuação origina ideias e, simultaneamente, é fonte do que se pode chamar de *experiência propriamente dita*. Esta não se dissocia da dimensão abstrata da inteligência humana como meio através do qual se pode superar a vivência imediata. Desta forma, é possível concluir que a diferença entre os seres humanos e os animais, mais do que de grau, é de natureza, visto que, enquanto os primeiros são dotados de condição para transformar a natureza, os segundos mantêm-se envoltos a ela.

A transformação da natureza torna factível a cultura. A propósito, é sugestivo que, etimologicamente, a palavra cultura venha do verbo latino *colo*, expressando a ação de “cultivar, cultivar o solo”. Ou seja, a transformação da natureza é a manifestação da efetivação do trabalho, consubstanciando a cultura. Neste processo, o ser humano se autoproduz, faz-se a si mesmo, conforme as perspectivas da cultura material e não-material nas quais está situado – ou seja, põe-se perante o universo da sociabilidade.

Esta, dizendo respeito à capacidade de o ser humano viver em sociedade, assim o é por todas as pessoas terem uma biografia, construída numa determinada cultura (material e não-material) e relacionada com os seus percursos de

trabalho. Tanto mais autônoma e emancipada é a biografia humana, quanto mais ela se livra dos constrangimentos do trabalho como *labour*, no sentido antes referido - de Agnes Heller -, isto é, do trabalho abstrato, produtor de valores de uso. Isto porque ele significa a negação do ser humano em si. Quer dizer, alienação.

Vindo do verbo latino *alienare*, alienar expressa o sentido de afastamento, distanciamento, separação. Daí que *alienus* traduza-se por “o que pertence a outro, alheio, estranho”. Por outras palavras: alienar é tornar alheio, transferir para outrem aquilo que é seu. É isto que ocorre com o trabalho alienado. O ser humano perde a posse do que produz, não se reconhece no produto final por ele produzido, que pertence a quem comprou a sua força de trabalho. Desta forma, o próprio ser humano transforma-se em uma mercadoria. Desumaniza-se. Deixa de pertencer a si próprio, não escolhendo horário, ritmo de trabalho, nem planeja o processo produtivo, pois é comandado exogenamente.

Por assim ser, o universo de sociabilidade da atual sociedade produtora de mercadorias é um universo truncado. O que acontece na esfera produtiva bloqueia o desenvolvimento de uma sociabilidade plena, onde o ser humano seja senhor de si. Em alguns segmentos, como no caso da construção civil, tal processo é ainda mais acentuado.

2 - Construção civil: precarização laboral e degradação subjetiva

Do ponto de vista da lógica da acumulação de capital, a construção civil desempenha um papel estratégico, pois ela está vinculada ao setor que assenta as bases sobre as quais tem

lugar o processo de desenvolvimento econômico. Auto-estradas, pontes, prédios “orgânicos” ao processo de produção, por exemplo, muito dizem da relevância da construção civil como esfera basilar à acumulação capitalista.

Neste sentido, tendo em conta a arquitetura, é clássico o trabalho de Sérgio Ferro, no qual, entre outras coisas, ele evidencia as ligações desta com a extração de mais-valia (Ferro, 1982). Conforme enfatiza, durante o século XIX, o desenho se impôs lentamente na produção da construção como uma espécie de regulador interno do processo de trabalho, quer dizer, como instrumento de geração de mais-valia. Disso, em seu entendimento, há decorrências, como o declínio da arte em tal âmbito, tendo-se, por outro lado, no pólo operário, baixos salários, doenças, acidentes, etc.

De fato, na investigação que estivemos a conduzir, foi-nos possível comprovar formulações de Sérgio Ferro (a despeito da distância temporal em que elas foram elaboradas), que, à partida, havíamos tomado como hipóteses. De uma parte, verificamos, por exemplo, a existência de uma acentuada pujança econômica no sector; e, de outra, constatamos a precarização laboral e a degradação subjetiva dos trabalhadores. Esta é, de resto, uma situação paradigmática no Brasil.

No país, o sector da construção civil é composto por cerca de 120 mil empresas (não considerando as que se encontram na informalidade), tendo uma estrutura ocupacional de cerca de 3,77 milhões de pessoas (SINDUSCONSP, 2011).

Trata-se de um ramo que, impulsionado principalmente pelas obras públicas, tem alcançado significativas taxas de crescimento, sendo demonstrativo disso

o ano de 2006 (medido até ao terceiro trimestre), quando o mesmo obteve um crescimento de 5,0% - acima, portanto, do índice da indústria (2,7%) e do próprio PIB (2,5%) (CBIC, 2011). Neste quadro, o atual Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, destina cerca de 110 bilhões de reais para a indústria da construção civil, o que tem levado, entretanto, a representação dos trabalhadores do segmento – através da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil e da Madeira (CONTICOM) - a pleitear que a obtenção dos recursos, pelas empresas, seja associada a meios de formalização do emprego (CONTICOM, 2011). Tal reivindicação é uma preocupação decorrente do quadro problemático que, do ponto de vista da mão-de-obra, marca esse ramo da economia brasileira.

Por exemplo, no tocante à segurança individual no trabalho, as condições na construção civil são bastante calamitosas. Em 1995, oficialmente, com registro em prontuário hospitalar, ocorreram no Brasil 3381 acidentes no setor, de onde resultaram 437 óbitos; em julho de 2001, tinha-se uma média de 12,5 afastamentos por mil empregados, pela mesma razão (Silveira, et. al., 2005). Quanto aos salários, verifica-se que eles se mantêm baixos. A este respeito, no estado de São Paulo, segundo o sindicato da categoria, cerca de 95% dos postos abertos têm uma remuneração média de dois salários mínimos (Folha de São Paulo, 2006).

No concernente à escolarização e à qualificação profissional, os baixos índices são característicos da construção civil nacional. No fim da década de 1990, o percentual de analfabetos entre os trabalhadores do setor se apresentava

bastante acentuado, tendo-se que, em Recife, era de 16,1%, e de 12,7 em São Paulo; verificava-se ainda que, em ambas as cidades, 5 era o número médio de anos de estudos dos operários (DIEESE, 2001).

3 - O caso da construção civil da cidade de Mossoró-RN

Como segunda cidade do estado do Rio Grande do Norte, Mossoró conta com um setor de construção civil bastante dinâmico, envolvendo cerca de 5 mil trabalhadores.

A investigação que estivemos a conduzir, contudo, permitiu-nos apreender um quadro que contrasta com o arrojo do segmento, refletido tanto nos números financeiros que tem alcançado como na imponentia dos prédios que ele tem erguido. Trata-se do modo como se tem configurado o cotidiano dos seus trabalhadores, do tipo de socialização profissional prevalecente. Ou seja, tem-se verificado no dia-a-dia dos operários um conjunto de manifestações que os degradam e bloqueiam o desenvolvimento de uma *sociabilidade autônoma*. Uma conceituação desta, significa, por exemplo, a assimilação de uma ontologia que, partindo da omnilateralidade humana, nega a possibilidade de se poder realizar uma conciliação entre um espaço de vida alienado – decorrente do contexto de trabalho, do trabalho abstrato/assalariado – e um espaço de vida privado livre – constituído na esfera pessoal –, como, equivocadamente, defendem determinados autores do chamado *tempo livre*, a exemplo de Masi (2000), tese, por outro lado, que tem sido rejeitada por outros autores, como Thomas (1998). Isto é, a sociabilidade autônoma só assim o será se ela se manifestar de forma integral em todas

as esferas da vida, e tenha como fundamento o trabalho associado, forma de trabalho esta que tem como condição indispensável um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e uma grande redução do tempo de trabalho (na concepção marxista, tempo de trabalho necessário). Além disso, tem como núcleo decisivo o fato de que os indivíduos põem em comum as suas forças e de que estas mantêm-se sempre em comum, “tanto na produção, como na distribuição e no consumo. É esta base material que permite aos homens serem plenamente livres, ou seja, terem o controle consciente e coletivo do processo de trabalho e, conseqüentemente, de todo o processo social (Tonet, 2012, p. 10).

Quer dizer, a sociabilidade implica ação, relação, interação, captação e construção dos sentidos que configuram os sistemas materiais e simbólicos. Na medida em que uma esfera da realidade (o contexto profissional) aliena os seus atores, os reflexos dessa alienação rebatem nas demais esferas da estrutura societal e da vida social em geral, tendo-se como decorrência o “enviesamento” da sociabilidade, a perda da inteligibilidade que ela requer e, por conseqüência, o declínio da sua capacidade autonômica como dispositivo de interação social.

É no referido contexto de alienação que está situada a mão-de-obra da construção civil. Desta forma, ocorre com ela, de forma intensificada, a negação humana dos sujeitos que laboram no setor, com eles sendo relegados à mera condição de mercadoria degradada. Excluídos de bem-estar social.

Tal quadro, bloqueador de uma sociabilidade autônoma, pode ser traduzido como sendo consubstanciado por aspectos como: 1) sofrimento

profissional; 2) não-identificação com o trabalho realizado; 3) incidência de alcoolismo.

No tocante ao sofrimento profissional, ele é evidenciado por mais de um indicador. Por exemplo: as constantes reclamações relativas às condições de trabalho, à remuneração e aos riscos de acidentes. Para além disto, é habitual os operários adjetivarem de forma negativa o caráter de suas ocupações, aludindo que o trabalho na construção civil resta a quem não tem outra opção de emprego.

Ou seja, aí são verificadas típicas manifestações, como estivemos a assinalar antes, da alienação laboral, num quadro em que a divisão do trabalho, à partida, remete o setor da construção civil a uma “zona social inóspita”, ao mesmo tempo que, internamente, ela reproduz em escala acentuada a clássica dicotomia trabalho intelectual & trabalho manual, expressada no pensar e no fazer, cuja configuração é responsável por uma relação salarial assimétrica e é simbolicamente codificada pela atuação de engenheiros e operários.

No que se refere ao segundo aspecto, isto é, a *não-identificação com o trabalho realizado*, é uma decorrência do aspecto anterior, pois não há como o ser humano se identificar profissionalmente com o trabalho alienado. Este é a negação daquele. A identidade de uma pessoa, incluindo a identidade profissional, como assinala Dubar (1997, p. 13), “é aquilo que ela tem de mais precioso: a perda de identidade é sinônimo de alienação, de sofrimento, de angústia e de morte”.

Last but not least, o terceiro aspecto: a incidência de alcoolismo. Por certo, de modo geral, é de ser lembrado que o consumo de bebida alcoólica pode

funcionar como ato de aglutinação interpessoal na mediação dos canais de socialização (o “beber socialmente”). Todavia, parece ser impreciso restringir a isto os casos de consumo excessivo de álcool. É possível dizer que, em determinados casos, a incidência de alcoolismo funciona como uma espécie de “válvula de escape” psicológica perante os percalços profissionais. Chega a ser quase exceção o número de operários que não consomem bebidas alcoólicas em grande quantidade. A propósito, segundo Deleuze (1977), o escape do paradoxo e do imprevisível da vida surge, no alcoolismo, como um processo de endurecimento do presente. De fato, é como se ausência de perspectivas no segmento da construção civil fizesse com que os trabalhadores desconectassem a vida da evolução temporal, pondo-a em suspenso num tempo presente marcadamente sofrível, sendo a recorrência ao álcool um recurso para suportá-lo. Como resultado disso, é habitual que os operários peçam antecipação de salários junto às empresas, de modo que, quando do pagamento, praticamente nada recebem, assim como é comum a ocorrência – causada pela bebida – de “indisposição” laboral, que tem como consequência a inatividade profissional em dias como as segundas-feiras.

Pode-se afirmar, portanto, conclusivamente, que o trabalho na construção civil, de acordo com a investigação realizada, tem produzido um estranhamento ontológico que, não só reproduz a desrealização subjetiva nos contextos de exercício profissional, referida pela teoria social clássica, conforme em princípio foi enfatizado, como também atua na constituição de fenômenos que degradam o *ser* do trabalhador quando este não se encontra em atividade, sendo o alcoolismo um exemplo paradigmático neste sentido.

Desta forma, a relação trabalho e sociabilidade na construção civil configura um quadro em que a primeira é atrofiada como meio que assegura o desenvolvimento integral das potencialidades humanas. É uma sociabilidade que exclui os trabalhadores do bem-estar social.

Referências

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção. “Retrospectiva da Economia Mundial e do Setor da Construção Civil em 2006 e Perspectivas para 2007”. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/files/textos/59.pdf>>. Acesso em: 16 de Jun. de 2011.

CONTICOM – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil e da Madeira. “Conticom defende metas de emprego, formalização e redução de valores dos imóveis do PAC”. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/site/start.cut?infolid=7545&sid=6>>. Acesso em: 16 de Jun. de 2011.

DELEUZE, Gilles. **Dialogues** (en collaboration avec Claire Parnet – entretien). Paris: Champs Flammarion, 1977.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos. Os trabalhadores e a reestruturação produtiva na construção civil brasileira. In: *Estudos Setoriais*, São Paulo, n. 12, 2001.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção de identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.

FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto Editores Associados 2, 1982.

FOLHA SE SÃO PAULO. “Contratações crescem na Construção Civil, mas salários são baixos, afirma Sindicato”. **Caderno Dinheiro**. Edição de 20 de Agosto de Out./2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde20102006.htm>>. Acesso em: 22 de Maio de 2011.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LUKÁCS, Georgy. **The ontology of social being**. London: Merlin Press, 1980.

MASI, Domenico de. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

SILVEIRA, Cristina A.; ROBAZZI, Maria L. do Carmo; WALTER, Elisabeth Vale; MARZIALE, Maria Helena Palucci. “Acidentes de Trabalho na Construção Civil identificados através de Prontuários Hospitalares”. In: **Revista Escola Minas**. Ouro Preto, n. 1, v. 58, Jan./Mar. 2005.

SINDUSCONSP – Sindicato da Indústria da Construção de São Paulo. “Informalidade na construção civil: um jogo de soma negativa”. Disponível em: <www.sindusconsp.com.br>. Acesso em: 31 de Maio 2011.

THOMAS, Tom. **Ni fin du travail, ni travail sans fins**. Paris: Albatroz, 1998.

TONET, Ivo. Para além dos direitos humanos. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Para_alem_dos_direitos_humanos.pdf>. Acesso em: 22 de Maio de 2012.